AÇÃO MONITÓRIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA\_\_\_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,(Nome da empresa) inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_na cidade de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, representada por seu procurador \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, (qualificação), por seu advogado infra-assinado, com escritório profissional na Rua \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, na cidade e comarca de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, fone \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, onde recebe avisos e intimações, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, propor a presente

**AÇÃO MONITÓRIA**

com fulcro no artigo 1102a do Código de Processo Civil, em face de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, pelos fundamentos de fato e de direito que passa a expor:

Em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, o autor uma cama box da marca\_\_\_\_\_ para o réu, e como forma de pagamento recebeu 3 cheques com vencimento respectivamente em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ no valor de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_no valor de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ no valor de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, conforme documentos comprobatórios em anexo.

Ocorre que os referidos cheques não foram quitados, por insuficiência de fundos, conforme prova os documentos em anexos.

A Referida importância, corrigida desde o vencimento dos cheques até o presente momento é de R$.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, conforme planilha abaixo:(fazer planilha com a atualização monetária da dívida).

Embora referidos cheques tenham perdido a característica de títulos cambiformes, já está sedimentado na doutrina e nos Tribunais o entendimento de que títulos executivos que perderam sua eficácia são provas aptas a permitir a concessão da tutela monitória:

AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE QUE PERDEU A EFICÁCIA EXECUTIVA EM FACE DO TRANSCURSO DO LAPSO PRESCRICIONAL. PROVA ESCRITA. ADMISSIBILIDADE DA VIA ELEITA. É HÁBIL A ENSEJAR A AÇÃO MONITÓRIA O CHEQUE QUE TENHA PERDIDO A NATUREZA EXECUTIVA EM FACE DO TRANSCURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO. (Resp. 3.028/MG. 4ª Turma do STJ. Rel. Min. Barros Monteiro)

Por várias vezes o autor esforçou-se na tentativa de receber referido crédito de forma amigável com o réu, porém, todas restaram infrutíferas, não vendo outra medida que não o presente procedimento judicial previsto em Lei, contra devedor solvente.

A partir de todo arcabouço jurídico acima, requer: Ordenar a citação do réu, com suporte nos artigos 213 e 282, inciso VII, do Código de Processo Civil, com determinação de expedição do MANDADO DE PAGAMENTO, artigo 1102ª e seguintes do Código de Processo Civil, para que o representante legal do réu cumpra a presente monição e pague a importância de R$\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_devidamente atualizada, no prazo de 15 dias, sob pena de revelia e confissão da matéria.

Caso o réu não cumpra com o pagamento, querendo, embargue a ação em igual prazo, para discussão, sob pena de constitui-se, de pleno direito, o mandado da inicial em título executivo, prosseguindo-se com a respectiva execução na forma do Livro II, Título II, Capítulos II e IV do Código de Processo Civil; igual prazo, para discussão, sob pena de constitui-se, de pleno direito, o mandado da inicial em título executivo, prosseguindo-se com a respectiva execução na forma do Livro II, Título II, Capítulos II e IV do Código de Processo Civil;

Julgar PROCEDENTE a ação, condenado o réu ao pagamento do valor reclamado, acrescido de juros de mora, correção monetária, honorários advocatícios, custas processuais e demais cominações legais;

Protesta provar o alegado através de todos os meios de provas em direito admitidas, depoimento pessoal do requerido, sob pena de confissão, oitiva de testemunhas, provas periciais, juntada de novos documentos, etc.

Dá-se à causa o valor de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Valor total da dívida).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

(Local, data)

Advogado

OAB nº